

PLANO DE AÇÃO PARA GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA 2012

I ENQUADRAMENTO

O ano hidrológico, iniciado em outubro de 2011, apresenta valores de precipitação abaixo do normal, com exceção do mês de novembro que se classificou como chuvoso.

De acordo com a informação do Observatório de Secas do Instituto de Meteorologia, I.P., no final do mês de janeiro a totalidade do território do continente encontrava-se em situação de seca meteorológica, com 11% em seca severa, 76% em seca moderada e 13% em seca fraca.

Esta situação climática já está a repercutir-se na atividade agrícola, estando a sua evolução dependente das condições que vierem a registar-se nos próximos meses.

Torna-se necessário criar uma estrutura dentro do MAMAOT que proceda ao acompanhamento da evolução da situação e à proposta das medidas de emergência consideradas necessárias.

II COMPOSIÇÃO DO GRUPO

A composição do grupo foi proposta pelo Sr. Secretário de Estado da Agricultura e teve o despacho da Sr^a Ministra, que se transcreve:

«Concordo com composição. Penso que coordenação deve ser do GPP.»

- Representantes dos Gabinetes MAMAOT
- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
- Direções Regionais de Agricultura (DRAP)

- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Direção Geral de Alimentação e de Veterinária (DGAV)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)
- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP)
- Autoridade de Gestão do PRODER

III MISSÃO DEFINIDA PARA O GRUPO

1. Ações de monitorização:

- a) Acompanhamento da evolução da situação meteorológica;
- b) Avaliação dos efeitos da seca;
- c) Avaliação dos impactos da seca no rendimento dos agentes económicos;
- d) Avaliação dos impactos da seca em termos ambientais e de recursos naturais;
- e) Elaboração de diagnósticos, com regularidade a definir;

2. Ações de mitigação dos efeitos:

- a) Identificação e proposta de medidas específicas que permitam o prosseguimento das atividades agrícolas nas zonas afetadas, a compensação das perdas de rendimento, a compensação de outros danos ou a recuperação de danos ambientais;
- b) Preparação e implementação das medidas para mitigação da seca e, caso se encontrem nas condições que o exigem, notificação à Comissão Europeia;
- c) Avaliação dos custos da Administração Pública com a adoção das medidas definidas;

3. Ações de divulgação:

- a) Divulgação dos pontos de situação e das medidas adotadas para mitigação dos efeitos da seca.

IV COORDENAÇÃO E SECRETARIADO TÉCNICO

- I. Coordenação: Gabinete de Planeamento e Políticas
- II. Secretariado técnico: Gabinete de Planeamento e Políticas\ Direção de Serviços de Estatística, Metodologia e Estudos - GTseca2012@gpp.pt

V ATRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES

Coordenação: Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)

Secretariado Técnico: GPP/DSEME

- Elaboração do relatório quinzenal a partir dos contributos recebidos das várias entidades pertencentes ao Grupo de Trabalho;
- Elaboração das atas das reuniões;
- Gestão da comunicação entre as várias entidades;

a) Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Situação hidrometeorológica:

- Precipitação
- Índice Meteorológico de Seca
- Teor de água no solo
- Evolução provável da situação meteorológica/Previsão do estado do tempo

b) Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e as cinco Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP):

No sentido de acompanhar e operacionalizar medidas para minimizar os efeitos da seca, proceder-se-á a uma série de exercícios de recolha estatística e de avaliação económica. Para o efeito deverá estabelecer-se uma perfeita articulação entre o GPP e as DRAP, reforçando-se os sistemas de informação existentes no MAMAOT, a fim de serem avaliados, com a periodicidade quinzenal, quebras de produção e de rendimento/acréscimos de encargos para os produtores agrícolas.

Assim, a estratégia que visa a disponibilização de informação e avaliação é apresentada em três níveis.

- Num **primeiro nível, no quadro do projeto “Estado das Culturas e Previsão das Colheitas” (ECPC), que acompanha o estado de desenvolvimento das principais culturas.**

Vai procurar-se, incrementando a periodicidade (passando de mensal para quinzenal), realizar um levantamento quinzenal, ao nível local, quer das quebras das produções físicas resultantes da seca, quer da evolução dos preços dos fatores de produção sujeitos a uma maior pressão da procura.

Este levantamento a realizar por elementos das Direções Regionais de Agricultura e Pescas mediante inquirição de um conjunto de informadores considerados representativos ao nível regional, é, normalmente, executado numa perspetiva de avaliação das alterações verificadas nas produções físicas das principais culturas (incluindo as produções de pastagens e forragens) e nos consumos de fatores de produção, nomeadamente os alimentos grosseiros e concentrados, quando comparadas com as verificadas num ano normal.¹

De igual modo, no quadro do Projeto “**Sistema de Informação de Mercados Agrícolas**” (SIMA), será acompanhada a evolução dos preços dos produtos e da conjuntura dos mercados das atividades mais afetadas.

Com base neste levantamento são produzidos mais dois níveis de avaliação.

- **Segundo nível de avaliação resultante da análise das atividades agrícolas ou pecuárias, refletindo-se em cada uma destas as alterações previstas e o impacto na sua rentabilidade.**

Neste exercício, assumem particular importância as atividades pecuárias (principalmente de produção extensiva), uma vez que as quebras de produção derivadas da seca se repercutem em primeiro lugar ao nível da produção de pastagens e forragens produzidas para a alimentação do gado, e logo no aumento de custos, e não diretamente em quebras de produção de carne ou leite.

Assim, é necessário avaliar o aumento dos encargos devidos à substituição da alimentação, normalmente produzida na exploração, por alimentação adquirida

¹ Considera-se um ano normal, no caso de existir informação estatística, uma média das produções de um quinquénio, não considerando com anos com alterações conjunturais significativas.

no mercado. Este aumento provoca um necessário decréscimo da rentabilidade destas atividades que é necessário avaliar.

Para a realização deste exercício serão utilizados, como informação de base, os dados recolhidos no projeto das contas das atividades pecuárias.

- **Num terceiro nível, serão avaliados os impactos a nível global e das explorações agrícolas**, nomeadamente no rendimento das explorações das principais orientações técnico-económicas afetadas pela seca.

Neste exercício é utilizada como informação base um triénio de informação recolhida no âmbito do projeto comunitário “Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas” (RICA).

Neste projeto é recolhida informação ao nível microeconómico de um conjunto de explorações representativas dos principais sistemas de produção caracterizadores da agricultura portuguesa.

Nesta amostra ir-se-ão simular as alterações atrás descritas de forma a possibilitar uma avaliação dos impactos no rendimento.

Estes três níveis de avaliação permitirão definir as medidas de apoio com fundamentação.

c) Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)

- Acompanhamento do nível de água nas albufeiras e nos aquíferos.
- Análises de escoamentos superficiais
- Análises de reservas hídricas superficiais
- Análise de reservas hídricas subterrâneas
- Vigilância da qualidade da água para rega ou para abeberamento do gado;
- Acompanhamento da captação de água subterrânea, designadamente através de abertura de poços e furos artesianos;
- Avaliação e monitorização da qualidade da água
- Avaliação e monitorização dos caudais ecológicos

d) Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

- Vigilância do nível de água em albufeiras que beneficiam os aproveitamentos hidroagrícolas;
- Levantamento junto das associações de regantes de informação sobre consumos e perdas de água;
- Acompanhamento dos recursos hídricos nos regadios individuais;
- Proposta de planos de contingência para a utilização adequada da água nos aproveitamentos hidroagrícolas, abastecidos por albufeiras ou através da captação de água subterrânea ou de cursos de água;
- Estimativa dos custos adicionais assumidos pelos agricultores pela intensificação da rega e por obras de hidráulica que se virem forçados a executar;
- Proposta de obras de regadio que se imponham pela situação de seca;
- Proposta de medidas de apoio aos agricultores face à escassez ou ausência de água, quer para rega quer para abeberamento do gado;
- Complementar informação meteorológica através do Sistema de Avisos Agrícolas;
- Participação no acompanhamento de usos múltiplos das origens da água.

e) Direção Geral de Alimentação e de Veterinária (DGAV)

- Levantamento de situações de fitossanidade e dos resíduos de pesticidas decorrentes da seca;
- Levantamento de situações de sanidade e bem-estar animal decorrentes da seca;
- Identificação de problemas a nível da segurança dos alimentos para animais;
- Levantamento de situações de segurança dos géneros alimentícios correlacionados com a seca.

f) Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)

- Vigilância de situações de mortalidade de espécies piscícolas nas albufeiras, provocada por défice hídrico;
- Proposta de atuação para resolução de ocorrência de morte de espécies piscícolas nas albufeiras, como o recurso à extração da biomassa;

- Monitorização da carga piscícola existente em albufeiras de aproveitamentos hidroagrícolas públicos;
 - Acompanhamento da produção apícola;
 - Monitorização das populações ictiológicas nos cursos de água;
 - Avaliar as quebras de produção da floresta e de produtos da floresta;
 - Propor medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais;
 - Estimativa dos prejuízos dos privados e dos encargos públicos assumidos com a seca.
- g) Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) e Autoridade de Gestão do PRODER**
- Implementação das medidas de apoio que vierem a ser definidas pelas entidades competentes.

VI PERIODICIDADE DE PONTOS DE SITUAÇÃO

- Relatórios quinzenais com informação global;
- Relatório final de balanço, com propostas de formas de preparação de condições mínimas para fazer face a um eventual ano de seca, de modo a aperfeiçoar o método de gestão do risco.

VII DIVULGAÇÃO PERMANENTE DE INFORMAÇÃO

- Disponibilização de informação à Administração Pública, aos agentes económicos e suas organizações e, também, aos cidadãos através da internet, no sítio do GPP, com ligações diretas nos sítios do MAMAOT e das outras entidades da Task-Force;
- Plataforma eletrónica para os membros do Grupo acederem aos documentos de trabalho e colocarem os seus contributos;
- Elaboração de notas para a comunicação social coincidente com disponibilização de relatórios [via Gabinete de Imprensa MAMAOT].

VIII DEFINIÇÃO DE PLANO/MEDIDAS PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Conceção e implementação das medidas para mitigação dos efeitos da seca que possam vir a ser criadas.

IX PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DO GRUPO

O Grupo manter-se-á em funções até que a situação de seca seja ultrapassada.

X REUNIÕES

- A primeira reunião deverá ocorrer a 17 de fevereiro, as seguintes entre os dias 4 e 6 e os dias 18 e 20 dos meses posteriores;
- Os contributos para o relatório quinzenal serão enviados ao secretariado nos três dias úteis que precedem a data da reunião, para que fique disponível nesta altura, ficando igualmente elaborada a nota para a comunicação social.